



ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE CUMBE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO  
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

## **AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA**

### **Nº 07/2026 – PMC**

**CONTRATANTE:**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMBE

**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES, DESTINADO ÀS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, COM OBJETIVO DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DE INFRAESTRUTURA E SUPORTE ÀS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS E ADMINISTRATIVAS 2026.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE CUMBE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

**EDITAL DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 07/2026 PMC**  
(Processo Administrativo n.º 07-DL-2026) PMC  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 07/2026**

Torna-se público que o(a) **A PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMBE, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº13.112.289/0001-82**, situada na **Av. Dr. Leandro Maciel, nº 08 – CEP: 49.660-000 - Centro de Cumbe - Sergipe**, por meio do(a) Departamento de Licitações e Contratos do Município, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, na hipótese do Lei 14.133, ART. 75, INCISO II, Lei 123/2006 e redação dada pela Lei 147/2014, Decreto Municipal nº 125, de 19 de março de 2025 e IN Nº 73/2022.

**LOCAL DA SESSÃO:** LICITANET (<https://www.licitanet.com.br>)

**PERÍODO DA ETAPA DE LANCES:** (de 24/03/2026 às 08:00 até 24/03/2026 às 14:00)

**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

1.1.O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação por dispensa de licitação para **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES, DESTINADO ÀS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, COM OBJETIVO DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DE INFRAESTRUTURA E SUPORTE ÀS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS E ADMINISTRATIVAS 2026**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. A contratação será realizada por **ITEM** conforme tabela NO ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA:

1.2.1. Havendo mais de um item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

**2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA**

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do LICITANET.COM, disponível no endereço eletrônico <https://licitanet.com.br/>.

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal Licitanet.com, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE CUMBE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações (**Art. 14 da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021**):

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato ou instrumento equivalente, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.2.5. sociedades cooperativas.

OU

2.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/2021.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE CUMBE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

2.3.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

### **3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada;

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente o fornecimento;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, Projeto Básico ou Projeto Executivo, assumindo o proponente o compromisso de executar o fornecimento nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE CUMBE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.9.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.10. Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

3.10.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.10.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.10.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assumo valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.10.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

#### **4. FASE DE LANCES**

4.1. A partir do horário e da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será **automaticamente** aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE CUMBE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor anual/total/unitário do item/lote (conforme o caso e exposição do sistema eletrônico onde ocorrerá a disputa).

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta. O intervalo de lances é definido na Tabela de itens/lotos deste Aviso de Dispensa, bem como, no sistema eletrônico onde ocorrerá a disputa.

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

## **5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO**

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE CUMBE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.3.1. Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta poderá ser intimado a encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, com os valores adequados à proposta vencedora. Em caso de solicitação de planilhas de custos, será de obrigação da Contratante encaminhar modelo para a referida adequação e demonstração dos custos de sua proposta.

5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.5.1. conter vícios insanáveis;

5.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.





**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE CUMBE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

5.7. Em contratação de obras ou serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

5.7.1. para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado neste Aviso de Contratação Direta, conforme as especificidades do mercado correspondente;

5.7.2. serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

5.7.3. será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo a Lei.

5.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do fornecimento ou da área especializada no objeto.

5.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.12. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## **6. HABILITAÇÃO**

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.





**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE CUMBE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

c) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>);

6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE CUMBE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

6.5. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício (quando solicitado).

6.6. O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

6.6.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.

6.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

## **7. CONTRATAÇÃO**

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco)** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento.

7.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE CUMBE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

7.3.1. referida Nota está substituindo o contrato ou do instrumento equivalente, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.4. O prazo de vigência da contratação é de **02 (dois) meses** prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato ou do instrumento equivalente.

## **8. SANÇÕES**

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato ou do instrumento equivalente;

8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato ou do instrumento equivalente que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato ou do instrumento equivalente;

8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. não celebrar o contrato ou do instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato ou do instrumento equivalente;

8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato ou do instrumento equivalente;

8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE CUMBE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

b) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela **Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013**, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

8.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE CUMBE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999, esta última, quando da ausência de Leis municipais que tratem do assunto.

8.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

## **9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

9.1. O procedimento será divulgado no Licitanet.com e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de **Brasília-DF**, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE CUMBE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.13.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação;

9.13.2. ANEXO II - Termo de Referência;

9.13.3. ANEXO III – Minuta de Ordem de Fornecimento.

Cumbe, 18 de março de 2026.

**CARIVALDO LIMA DE SANTANA NETO**  
**Agente de Contratação – Portaria nº 218/2025**





**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE CUMBE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

**ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**

**1 Habilitação jurídica:**

- 1.1 no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);
- 1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.4 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.6 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 1.10 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 1.11 - Cópia do RG e CPF do representante legal;

**2 Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

- 2.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 2.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 2.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 2.6 Prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Estadual**, com a apresentação da Certidão Negativa ou Certidão Positiva, com efeitos de negativa emitida pelo Estado, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, ou seja, atinente aos débitos estaduais;
- 2.7 Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda **Municipal**, com a apresentação da Certidão Negativa de Tributos Municipais, do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.





**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE CUMBE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

**3 Qualificação Econômico-Financeira:**

- 3.1 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

**4 Qualificação Técnica:**

- 4.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta dispensa, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, observando-se o disposto no Art. 67, II, da Lei 14.133/2021.

**5. OUTROS DOCUMENTOS**

- 5.1 Declaração, sob pena de inabilitação, de que cumpre as exigências de reservas de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- 5.2. Declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da entrega da proposta.
- 5.3. Declaração que não emprega menor inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- 5.4. Declaração de inexistência de fato impeditivo da habilitação;
- 5.5. Declaração de não vínculo de sócios;



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE CUMBE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

**ANEXO II**

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**FORNECIMENTO - Contratação Direta**

**1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).**

1.1 AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES, DESTINADO ÀS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, COM OBJETIVO DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DE INFRAESTRUTURA E SUPORTE ÀS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS E ADMINISTRATIVAS 2026.

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 02 (dois) meses contados do(a) data de sua assinatura.

1.3. O custo estimado total da contratação é de R\$ 23.937,04 (vinte e três mil, novecentos e trinta e sete reais e quatro centavos)

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘b’, da Lei nº 14.133/2021).**

2.1. A presente demanda refere-se à aquisição de materiais permanentes destinados às unidades escolares da rede municipal de ensino, com o objetivo de garantir condições adequadas de infraestrutura e suporte às atividades pedagógicas e administrativas no exercício de 2026.

2.2 A necessidade da contratação decorre da importância de manter e aprimorar a estrutura física e operacional das unidades escolares, proporcionando ambientes adequados, seguros e funcionais para alunos, professores e demais profissionais da educação. Os materiais permanentes são essenciais para o desenvolvimento das atividades educacionais, contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade do ensino ofertado.

2.3 Ressalta-se que parte dos equipamentos atualmente utilizados encontra-se desgastada pelo uso contínuo, obsoleta ou insuficiente, o que compromete a eficiência das atividades escolares e administrativas. Dessa forma, a reposição e ampliação desses bens tornam-se indispensáveis para assegurar a continuidade dos serviços educacionais com qualidade.

2.4 Além disso, a aquisição pretendida visa atender às demandas crescentes da rede municipal de ensino, considerando o aumento do número de alunos, a necessidade de modernização dos espaços escolares e o fortalecimento das práticas pedagógicas, em consonância com as diretrizes educacionais vigentes.

2.5 A iniciativa também está alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021, uma vez que busca otimizar os recursos públicos e garantir melhores condições de trabalho aos servidores e de aprendizagem aos estudantes.

26. Diante do exposto, resta evidenciada a necessidade da contratação, como medida indispensável para assegurar o pleno funcionamento das unidades escolares e a adequada prestação dos serviços educacionais no âmbito do Município.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO FORNECIMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’, e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)**

3.1. A solução proposta consiste na aquisição de materiais permanentes pelo Município de Cumbe, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, com o objetivo de atender às necessidades das unidades escolares da rede municipal de ensino, garantindo melhores condições para o desenvolvimento das atividades educacionais.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE CUMBE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

3.2. A contratação contemplará o fornecimento integral dos materiais especificados no Termo de Referência, com entrega imediata, devendo a empresa contratada responsabilizar-se por todas as etapas necessárias ao fornecimento, incluindo separação, acondicionamento adequado, transporte, descarregamento e entrega no local indicado pela Administração, situado na Av. Dr. Leandro Maciel, nº 08, Centro, Cumbe/SE, CEP 49.660-000, sem quaisquer custos adicionais para o município.

3.3 Os materiais deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, observando as especificações técnicas, padrões de qualidade, prazos estabelecidos e demais exigências legais, assegurando o pleno atendimento às demandas pedagógicas das unidades escolares.

3.4 A solução, portanto, consiste no fornecimento direto e imediato dos materiais didáticos e pedagógicos, com responsabilidade integral da empresa contratada até o recebimento definitivo pela Administração. Caso sejam constatadas irregularidades ou desconformidades, a contratada deverá providenciar a substituição dos itens no prazo estipulado, sem ônus para o Município, garantindo a continuidade das atividades educacionais.

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’, da Lei nº 14.133/21)**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

**5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).**

5.1. O prazo do fornecimento será de até 30 (trinta) dias, contados do início dos trabalhos com data a ser definida na ORDEM DE FORNECIMENTO a ser emitido pelo órgão demandante.

**6. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)**

6.1. Não haverá exigência de garantia contratual.

**7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)**

7.1. O contrato ou instrumento equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato ou instrumento equivalente, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

7.3. A execução do contrato ou instrumento equivalente deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato ou instrumento equivalente, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

7.3.1. O fiscal do contrato ou instrumento equivalente anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato ou instrumento equivalente, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.3.2. O fiscal do contrato ou instrumento equivalente informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE CUMBE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

7.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato ou instrumento equivalente em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato ou do instrumento equivalente, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato ou do instrumento equivalente (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

7.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato ou do instrumento equivalente (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

7.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §1º).

7.9. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

**8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘h’, da Lei nº 14.133/2021)**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de MENOR POR ITEM.

8.2. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no **Anexo I do Aviso de Contratação Direta**.

8.3. Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no **Anexo I do Aviso de Contratação Direta**.

8.4. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

8.4.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento ou similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.4.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.4.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato ou instrumento equivalente que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

9.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE CUMBE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

**CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

20007 – Secretaria Municipal de Educação

**Unidade Orçamentária:** 2028-Manutenção de Ações Em Parceria Com o Estado e a União;

**Elemento de Despesa:** 4490.52.00.00 - Equipamento e Material Permanente;

**Fonte de Recurso:** 15500000-Transferência do Salário-Educação

**10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

- 10.1 Especificar com clareza os itens necessários em cada requisição;
- 10.2 Realizar conferência dos materiais entregues, verificando a conformidade com o pedido;
- 10.3 Efetuar os pagamentos conforme estabelecido no contrato ou do instrumento equivalente, mediante entrega e aceitação dos itens.
- 10.4 Promover o pagamento à Contratada do valor resultante da contratação, no prazo estipulado e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 10.5 Zelar para que durante toda a vigência do ajuste sejam mantidas as obrigações assumidas pela Contratada, especialmente as condições de habilitação e qualificação;
- 10.6 Fornecer atestados de capacidade técnica, quando solicitados pela Contratada, desde que atendidas as obrigações contratuais;
- 10.7 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- 10.8. Exercer a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato ou do instrumento equivalente;
- 10.9 Aplicar as sanções previstas em lei ou neste Termo de Referência.

**11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

- 11.1 São obrigações da Contratada:
- 11.2 Garantir a entrega dos materiais em perfeitas condições de uso, sem avarias ou defeitos;
- 11.3 Substituir, sem custos adicionais, quaisquer itens que apresentem defeitos de fabricação ou incompatibilidade;
- 11.4 Cumprir os prazos estabelecidos neste Termo de Referência;
- 11.5 Apresentar nota fiscal detalhada com descrição dos materiais fornecidos. 11.1.4. Endereçar ao Gestor e aos Fiscais do contrato ou instrumento equivalente todas as informações e comunicados relativos ao fornecimento, eletronicamente ou por outros meios;
- 11.6 Informar ao Contratante, durante toda a vigência do ajuste, qualquer contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, inclusive de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de agentes vinculados ao Contratante;
- 11.7 Responsabilizar-se por todos os vícios e defeitos do objeto, durante todo o período de vigência;
- 11.8 Prestar as informações e os esclarecimentos que sejam solicitados pelo Contratante, relativos a qualquer problema relacionado ao fornecimento;
- 11.9. Comunicar ao Contratante, de imediato e por escrito, quando verificar condições inadequadas para o fornecimento e eventual iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do Contrato ou do instrumento equivalente, para a adoção das medidas necessárias à sua regularização;
- 11.10 Comunicar ao gestor e aos fiscais do contrato ou do instrumento equivalente, no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas) de antecedência, os motivos que porventura impossibilitem o cumprimento do prazo previsto para o fornecimento, com a devida comprovação;
- 11.11 Emitir o documento fiscal eletrônico correspondente ao fornecimento.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE CUMBE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

**12. PRAZO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘g’ da Lei n. 14.133/2021:**

**Liquidação**

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato ou do instrumento equivalente e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato ou do instrumento equivalente;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

I - a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V - a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VI - o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

O fiscal do contrato ou do instrumento equivalente deverá apresentar junto a documentação para liquidação o registro próprio de fiscalização e quando necessário deverá apresentar as evidências pertinentes.

**Prazo de pagamento**

O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

**Forma de pagamento**

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.





**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE CUMBE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar

**13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:**

**VALOR GLOBAL:** R\$ 23.937,04 (vinte e três mil, novecentos e trinta e sete reais e quatro centavos);

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	V. UNITÁRIO	V.TOTAL
1	Nome: <b>BEBEDOURO INDUSTRIAL 200L 4 TORNEIRAS INOX RA20 127V</b> Especificação: Reservatório de água com capacidade de 200 litros; Estrutura em Inox 430, resistente, durável e de fácil higienização; 4 torneiras de água gelada para maior agilidade no atendimento; Alta capacidade de refrigeração: até 50 litros de água gelada por hora; Compressor hermético de 1/4 HP, potente e eficiente; Termostato regulável com 7 níveis de temperatura; Refrigeração com gás ecológico R134A; Reservatório interno em polipropileno atóxico; parador em aço inox com dreno para saída de água; Base injetada com pés niveladores reguláveis; Filtro incluso com elemento filtrante de 5 <sup>11</sup> , que retém impurezas como areia e lodo e reduz o cloro da água; Eficiência energética média de 26 kWh/mês.	UND	2	R\$3.118,52	R\$ 6.237,04
2	Nome: <b>ARES-CONDICIONADO</b> Especificação: Ar-condicionado split, 18000 BTU/h, 220V, ciclo frio, tecnologia inverter, controle remoto, display digital, modos de operação como refrigeração, ventilação e desumidificação, filtro de ar lavável, baixo nível de ruído, função sleep, timer programável, unidade interna de parede, unidade externa compacta. Adicionando, também, o serviço de instalação do aparelho.	UND	3	R\$ 3.174,47	R\$ 9.523,41
3	Nome: <b>SIRENE MUSICAL WI-FI</b> Especificação: composição: diver de compressão e carenagem em alumínio; área de cobertura: aproximadamente 2000m <sup>2</sup> ; botão para pareamento do sinal wi-fi: sim; tensão: bivolt; potência: 60w; corrente: 2a-110v/1a-220v; resposta de frequência: 800hz-8khz; fixação: buchas e parafusos; cor: preta; medidas do produto (axlxp em mm): 170 x 190 x 250 (sem suporte); tempo máximo de uso contínuo: indeterminado; configuração: através da plataforma diponto smart; acionamento: automático através da plataforma diponto smart; gerenciamento: 50 músicas; controle de volume: sim; forma de acesso: online, de qualquer lugar e a qualquer momento, através da plataforma diponto smart; embalagem com: 1 sirene, 1 antena, 1 fonte, 2 buchas e 2 parafusos; funcionamento do equipamento é na rede wi-fi 2.4ghz; garantia: 12 meses	UND	3	R\$2.725,53	R\$8.176,59





**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE CUMBE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

**14. DO PRAZO PARA FORNECIMENTO DOS MATERIAIS:**

14.1 Prazo máximo para fornecimento é de 30 (trinta) dias úteis.

**15. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

**15.1 SUSTENTABILIDADE:**

A presente demanda refere-se à aquisição de materiais permanentes destinados às unidades escolares da rede municipal de ensino, com o objetivo de garantir condições adequadas de infraestrutura e suporte às atividades pedagógicas e administrativas no exercício de 2026.

A necessidade da contratação decorre da **importância de manter e aprimorar a estrutura física e operacional das unidades escolares**, proporcionando ambientes adequados, seguros e funcionais para alunos, professores e demais profissionais da educação. Os materiais permanentes são essenciais para o desenvolvimento das atividades educacionais, contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade do ensino ofertado.

Ressalta-se que parte dos equipamentos atualmente utilizados se encontra **desgastada pelo uso contínuo, obsoleta ou insuficiente**, o que compromete a eficiência das atividades escolares e administrativas. Dessa forma, a reposição e ampliação desses bens tornam-se indispensáveis para assegurar a continuidade dos serviços educacionais com qualidade.

Além disso, a aquisição pretendida visa atender às **demandas crescentes da rede municipal de ensino**, considerando o aumento do número de alunos, a necessidade de modernização dos espaços escolares e o fortalecimento das práticas pedagógicas, em consonância com as diretrizes educacionais vigentes.

A iniciativa também está alinhada aos princípios da **eficiência, economicidade e interesse público**, previstos na Lei nº 14.133/2021, uma vez que busca otimizar os recursos públicos e garantir melhores condições de trabalho aos servidores e de aprendizagem aos estudantes.

Diante do exposto, resta evidenciada a necessidade da contratação, como medida indispensável para assegurar o pleno funcionamento das unidades escolares e a adequada prestação dos serviços educacionais no âmbito do Município.

**16.2 SUBCONTRATAÇÃO:**

16.2.1. Dada a natureza do fornecimento é vedada a subcontratação do objeto.

**16.3 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:**

16.3.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

**16.4 DOS REQUISITOS DE EXIGIDOS PARA DOCUMENTAÇÃO:**

**ART 62. INC I - HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

I - Cópia do Contrato Social e suas alterações (se houver) / Registro Público no caso de Empresário Individual (EI)/ Comprovante de Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), em caso de MEI ou Estatuto com Ata de Posse dos administradores da empresa a ser contratada;

II - Cópia do RG e CPF do representante legal;

**ART 67 INC II. A DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL SERÁ RESTRITA A:**

I - Certidões ou atestados, que demonstrem capacidade operacional no fornecimento ou similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE CUMBE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

**ART. 68. AS HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA DEVERÃO SER NA FORMA ABAIXO:**

- I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- II - Prova de regularidade com a Fazenda Federal;
- III - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa;
- IV - Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da empresa;
- V - Certificado de Regularidade de Regularidade Social e FGTS que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- VI - Certidão de regularidade relativa débitos trabalhistas;
- VII - prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

**ART. 69. INC. II A HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- I - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.
- II - Declaração que não emprega menor inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- III - Declaração de inexistência de fato impeditivo da habilitação;
- IV - Declaração de não vínculo de sócios;

**17. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO:**

17.1 Durante a vigência do Contrato ou do instrumento equivalente, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo Setor de Transportes ou por representante da Secretaria Municipal de transportes, devidamente designado para esse fim, permitida a assistência de terceiros, com autoridade para exercer, como representante da Administração da Prefeitura Municipal de Cumbe, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual, para posterior atesto da Nota Fiscal.

17.2 - A fiscalização de que trata este item, não exonera o licitante vencedor de suas responsabilidades contratuais, especialmente pelos danos causados a Prefeitura Municipal de Cumbe ou a terceiros, resultante de ação ou omissão, culposa ou dolosa, de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

17.3 - Durante a vigência do Contrato ou do instrumento equivalente, o licitante vencedor deve manter preposto, aceito pela Administração da Secretaria, para representá-lo sempre que for necessário.

17.4 - A atestação de conformidade na execução do objeto cabe ao titular do setor responsável pela fiscalização do Contrato/ou do instrumento equivalente, ou a outro servidor designado para esse fim.

17.5 - À FISCALIZAÇÃO compete, entre outras atribuições:

- I. Encaminhar a Diretoria Administrativa e Financeira da Prefeitura Municipal de Cumbe, documento que relacione as ocorrências que impliquem em multas a serem aplicadas ao licitante vencedor.
- II. Solicitar a empresa vencedora, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento do fornecimento.
- III. Verificar a conformidade da execução contratual com as normas especificadas e se os procedimentos empregados são adequados para garantir a qualidade do fornecimento.
- IV. Anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato ou do instrumento equivalente, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.
- V. Acompanhar e atestar mensalmente o recebimento definitivo da execução, indicando as ocorrências de indisponibilidade do fornecimento.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE CUMBE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

17.6 A ação da FISCALIZAÇÃO não exonera o licitante vencedor de suas responsabilidades contratuais.

**18. O RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE (Art. 140. Lei 14.133/2021:**

18.1. O Objeto do contrato ou do instrumento equivalente será recebido:

- I - Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- II - Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

**19. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:**

19.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021 (indicar um dos incisos do art. 75, da Lei n.º 14.133/2021, conforme o caso concreto), que culminará com a seleção da proposta em razão do MAIOR DESCONTO POR ITEM.

**20. Disposições Gerais:**

10.1. Este Termo de Referência integra o processo licitatório e deverá ser rigorosamente observado pela Contratada;

10.2. O não cumprimento das disposições deste Termo de Referência poderá resultar na aplicação de sanções previstas na legislação vigente;

10.3. Quaisquer dúvidas ou divergências serão resolvidas pela Secretaria Municipal competente, em conformidade com a legislação aplicável.

Cumbe, 11 de março de 2026.

**ISLANE SANTOS DE SOUZA**  
Diretora do Departamento Pedagógico

**APROVADO E AUTORIZADO**

EM, \_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2026.

**ERMELINA DOS SANTOS COSTA**  
Secretária Municipal de Educação  
Decreto nº 05 de 02/01/2025



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE CUMBE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO  
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

**ANEXO III – MINUTA DE ORDEM DE FORNECIMENTO**

**Data:** / /2026

**Processo Administrativo nº:** \_\_\_\_\_

**Nota de Empenho nº:** \_\_\_\_\_

**Fornecedor:** [Nome da empresa contratada]

**CNPJ:** [número do CNPJ]

**Endereço:** [endereço completo do fornecedor]

**Telefone/E-mail:** [contato do fornecedor]

**Objeto:** AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES, DESTINADO ÀS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, COM OBJETIVO DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DE INFRAESTRUTURA E SUPORTE ÀS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS E ADMINISTRATIVAS 2026.

**Quantidade total autorizada:** [especificar a quantidade total de comprimidos]

**Valor unitário:** R\$ [valor unitário]

**Valor total:** R\$ [valor total da ordem de fornecimento]

**Prazo para entrega:**

**Local de entrega:**

**Responsável pelo recebimento:**

**Nome:** \_\_\_\_\_

**Cargo:** \_\_\_\_\_

**Telefone:** \_\_\_\_\_

**Observações:**

- O fornecimento deverá estar em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no processo de contratação;
- A entrega deverá estar acompanhada da nota fiscal e dos respectivos documentos exigidos;
- O não cumprimento das condições poderá acarretar penalidades previstas em contrato ou do instrumento equivalente e legislação vigente.

**Autorizado por:**

**Nome:** \_\_\_\_\_

**Cargo:** \_\_\_\_\_

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

**Data:** / /2026